LEI N° 334/1991

Estabelece Diretrizes Gerais para Elaboração do Orçamento do Município de Água Comprida-MG para o Exercício de 1992 e contém outras providências.

O Prefeito Municipal.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - A Lei Orçamentária para o Exercício de 1992, será elaborada em conformidade com as Diretrizes desta Lei, e em consequência com as disposições da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica Municipal e da Lei 4.320 de 17 de Março de 1964, no que lhe couber.

Art. 2° - As Receitas abrangerão a Receita Tributária própria, a Receita Patrimonial, as Diversas Receitas admitidas em Lei e as parcelas transferidas pela União e pelo Estado resultantes de suas Receitas Fiscais, nos termos da Constituição Federal.

§ 1° - As Receitas de Impostos e Taxas terão por base os valores do Orçamento de 1991, corrigidas pelo índice de Inflação Projetado para 1992, levando-se em conta:

- I. A Expansão do número de Contribuintes.
- II. A Atualização do Cadastro Imobiliário Fiscal.

§ 2° - Os Valores das Parcelas a serem transferidas pelos Governo Federal e Estadual serão fornecidos por órgão competente do Governo do Estado, até o dia 30 de Agosto de 1991.

§ 3° - As Parcelas transferidas mencionadas no Parágrafo Anterior serão as constantes no Art. 158 e 159 I b, e II, § 3° da Constituição Federal.

Art. 3° - As Despesas serão fixadas no mesmo valor da Receita Prevista e serão distribuídas segundo as necessidades reais de cada Órgão e de suas Unidades Orçamentárias, ficando assegurado o máximo de recursos á Despesa de Capital.

Parágrafo Único - O Poder Legislativo encaminhará, até o dia 30 de Agosto, o Orçamento de suas Despesas acompanhado de Quadro Demonstrativo dos Cálculos de modo a justificar o seu montante.

Art. 4° - A Manutenção e desenvolvimento de Ensino, será destinada Parcela de Recursos não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) da Receita dos Impostos, inclusive as transferências dos Governos do Estado e da União, resultantes de sua Receitas de Impostos.

§ 1° - As Parcelas Transferidas de Governos mencionadas neste Artigo, são as referidas no Artigo 2° § 3° desta Lei.

§ 2° - Serão destinados também, á Manutenção e Desenvolvimento de Ensino, vinte e cinco por cento das Parcelas Transferidas pelos Governos da União e do Estado, provenientes do recebimento de antigos Impostos inseridos em sua competências Tributárias respectivas, como:

- I. Imposto Único sobre Combustíveis Líquidos e Gasosos;
- II. Imposto sobre Transportes Rodoviários;
- III. Imposto Único sobre Minerais;
- IV. Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis.

Art. 5° - Até a promulgação da Lei Complementar que se refere o Art. 169 da Constituição Federal, o Município não despenderá com Pessoal, Parcela de recursos Superior a 65% (sessenta e cinco por cento) do Valor da Receita Corrente consignada na Lei de Orçamento.

Parágrafo Único - A Despesa com Pessoal referida neste Artigo abrangerá:

- I. O Pagamento de Remuneração dos Agentes Políticos;
- II. Pagamento do Pessoal do Poder Legislativo;
- III. O Pagamento do Pessoal do Poder Executivo incluindo-se o Pagamento dos Aposentados e Pensionistas e do Pessoal ocupado na manutenção e desenvolvimento do Ensino a que se refere o Artigo 4° desta Lei.

Art. 6° - As Despesas com Pessoal referida no Artigo Anterior serão comparadas, através de Balancetes Mensais com o Percentual da Receita Corrente, de modo a exercer o controle de sua compatibilidade.

Art. 7° - A abertura de Crédito Suplementar ao Orçamento depende da existência de Recursos Disponíveis e de prévia autorização Legislativa.

Parágrafo Único - Os Recursos referidos no Artigo são provenientes de:

- I. "Superavit" Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício anterior;
- II. Os provenientes do excesso de Arrecadação;
- III. Os provenientes de Anulação Parcial ou Total, de Dotações Orçamentárias, autorizados em Lei;
- IV. O Produto de Operações de Crédito autorizadas, em forma que Juridicamente possibilite o Poder Executivo realizá-las.

Art. 8° - Sempre que ocorrer excesso de Arrecadação e este, for acrescido adicionalmente ao Exercício através da abertura de Crédito Suplementar, destinando-se à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, Parcela de 25% (vinte e cinco por cento), proporcional ao excesso de Arrecadação.

Art. 9° - Aos Alunos do Ensino Fundamental obrigatório e gratuito da Rede Municipal, será garantido o fornecimento de Material Didático-Escolar, Transporte, Suplementação Alimentar e Assistência a Saúde.

§ 1° - A garantia contida neste Artigo não Exonera o Município de assegurar esses Direitos aos Alunos da Rede Estadual de Ensino, por meio de Convênios Celebrados com a Secretaria de Estado de Educação.

§ 2° - A Despesa com Suplementação Alimentar e Assistência à Saúde referida neste Artigo, se computará para satisfazer o Percentual de vinte e cinco por cento obrigatório no Artigo 2/2 da Constituição Federal.

Art. 10° - Quando a Rede Oficial de Ensino Fundamental e Médio for insuficiente para atender a Demanda, poderão ser concedidas Bolsas de Estudo para o Atendimento pela Rede Particular de Ensino.

Parágrafo Único - Não havendo Escola Particular de Ensino Fundamental e Médio no Município, poderão ser concedidas Bolsas de Estudo para atendimento ao Aluno em outro Município.

Art. 11° - A Manutenção da Bolsa de Estudo é condicionada ao aproveitamento mínimo do Aluno, estabelecido em Lei.

Art. 12° - Não serão concedidas Subvenções Sociais a Entidades que não sejam reconhecidas como de Utilidade Pública e dedicada ao Ensino, à Saúde e à Assistência Social.

Parágrafo Único - Só se beneficiam de Concessão de Subvenções Sociais as Entidades que não visem Lucros e que não Remunerem os seus Presidentes.

Art. 13° - A Lei de Orçamento garantirá Recursos aos Programas de Saneamento Básico e de Preservação Ambiental, visando a melhoria de qualidade de vida da População.

Art. 14° - A Lei só contemplará Dotação para início de Obras, após a garantia de Recursos para Pagamento das Obrigações Patronais vincendas e dos Débitos com a Previdência Social decorrentes de obrigações em atraso.

Art. 15° - Os Órgãos da Administração descentralizada que receberam Recursos do Tesouro Municipal, apresentarão seus Orçamentos detalhados das necessidades e acompanhados de Memorial de Cálculos que justifiquem os Gastos, até 30 de Agosto de 1991.

Art. 16° - Só serão Contratadas Operações de Crédito por Antecipação de Receita, quando se configurar eminente falta de Recursos que possa comprometer o Pagamento do Pessoal em tempo hábil.

§ 1° - A Contratação de Operação de Crédito para fim específico se concretizará se os Recursos destinarem a Programas de excepcional interesse Público, observados os limites estabelecidos nos Artigos 165 § 8° e 167, III da CF.

§ 2° - Em qualquer dos casos a Operação de Crédito depende da Autorização Legislativa.

Art. 17° - As Compras e Contratações de Obras

e Serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade Orçamentária e precedidas do respectivo Processo Licitatório, quando obrigatório, nos Termos do Decreto 2.300, de 21 de Novembro de 1986 e Legislação posterior.

Art. 18° - Está Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a quem o conhecimento e a expressão da presente Lei pertencer, que a cumpra e a faça cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Água Comprida-MG
Rodolfo Almeida Prata
Prefeito Municipal